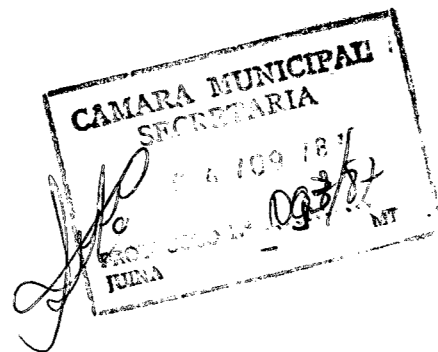


PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 093/87



"Dispõe sobre as vantagens pecu
niárias dos servidores e rees-
trutura os cargos de chefia da
Prefeitura Municipal de Juína"

TÍTULO I

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 1º - Além do vencimento mensal es
tipulado nos quadros anexos a esta Lei, poderão ser concedidas "
aos servidores as seguintes vantagens:

- I - Adicional por tempo de serviço
- II - Salário - Família
- III - Abono de Natal
- IV - Gratificações

Art. 2º - Os adicionais por tempo de ser
viço serão devidos aos funcionários estatutários ocupantes de "
cargos em comissão, após cada período de 05 (Cinco) anos de ser-
viços público Municipal local, contínuo ou não, calculados a ra-
zão de 5% (Cinco Por Cento), sobre o vencimento e as vantagens "
a ele incorporadas se incorporando ao vencimento para todos efei-
tos legais.

Art. 3º - O salário família é o auxílio
pecuniário concedido ao funcionário estatutário equivalente a "
5% (Cinco por Cento), do salário mínimo vigente à época, para ca-
da filho menor de 14 (Quatorze) anos, ou inválido, não podendo "
sofrer nenhum desconto.

...../

/.....

Art. 4º - Quando o pai e a mãe for fun
cionário e viverem em comum, o salário família será pago apenas "
ao pai.

§ 1º - Se não viverem em comum, será "
pago ao que tiver dependente sob sua guarda.

§ 2º - Se ambos tiverem, será pago a "
um e ao outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 5º - O funcionário é obrigado a "
comunicar ao órgão de pessoal dentro de 15 (Quinze) dias, conta-
dos da ocorrência, qualquer alteração que se verifique na situa-
ção dos dependentes, da qual decorra modificações no pagamento do
Salário-Família.

§ 1º - A Comunicação deverá ser compro-
vada com fotocópias da Certidão de nascimento do filho para o ini
ciomdo recebimento.

§ 2º - A inobservância dessa obrigação "
implicará na responsabilidade do funcionário e na devolução das "
quantias recebidas indevidamente.

Art. 6º - Poderá ser pago abono de Na-
tal anualmente até o dia 20 de dezembro aos funcionários estatutá-
rios e contratados que não sejam regidos pela C.L.T. (Consolida-
ções das Leis do Trabalho), que já possuem esse benefício.

Art. 7º - O pagamento do abono de na-
tal será proporcional aos meses de efetivo exercício.

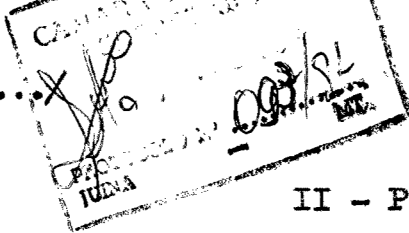
§ 1º - A fração igual ou superior a "
15 (Quinze) dias, será hávido como mês integral para efeito de "
cálculo.

§ 2º - O Mês de dezembro será conside-
rado como sendo de efetivo exercício para aqueles que tiverem fei-
to jús à vantagem até 30 de novembro.

§ 3º - No caso de acumulação permitida
de cargos e funções municipais, o abono será calculado com base "
no valor da maior remuneração efetivamente percebida.

Art. 8º - Revoga-se o art. 18 da Lei "
Nº 051/85, que passa ter a seguinte redação:

I - Pell exercício de função de chefia



II - Pela prestação de serviço extraordinário

III - Pela execução ou colaboração em trabalho técnico, científico ou de utilidade para serviços públicos.

IV - Direção de unidade de ensino primário.

§ 1º - A conseqüência da gratificação dependerá da existência de dotação orçamentária para atender as despesas.

§ 2º - As gratificações não constituem situação permanente e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício

Art. 9º - A gratificação pelo exercício de "chefia e de assessoramento será paga quando o seu desempenho não justificar a criação de cargo.

§ 1º - O Valor da gratificação será percebida cumulativamente com o vencimento.

§ 2º - O desempenho da função gratificada "será autorizada mediante ato expresso emanado da autoridade competente, que fixará o valor da gratificação de acordo com a tabela de função gratificada, anexo VII, desta Lei.

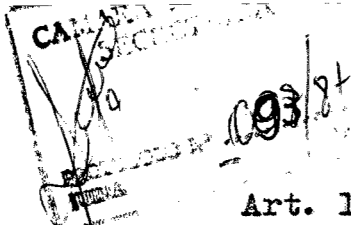
Art. 10 - Ao Secretário Geral, Chefe de Gabinete, Secretários e demais autoridades de e igual nível hierárquico, ocupantes de cargos de provimento em comissão, será paga cumulativamente com os vencimentos uma gratificação por representação correspondente a 1/3 (Hum Terço), do valor do salário "que percebem.

Art. 11º - A Gratificação pela prestação de serviços extraordinários será pago por horas extras de trabalho; prorrogado ou antecipado, aos funcionários previamente convocados verbalmente ou por escrito.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Cálculo da hora extraordinária será obtido dividindo-se a remuneração mensal do funcionário pelo total de "horas de trabalho normal a que está sujeito no mês.

...../

...../  Art. 12 - Em se tratando de serviços extraor
dinário noturno, assim entendido o prestado entre as 18:00 às " 06:00 horas, o valor da hora apurada na forma do artigo anterior será acrescida de 25% (Vinte e cinco por cento).

Art. 13 - A execução ou colaboração em traba
lho técnico, científico ou de utilidade para o serviço público " só poderá ser gratificado quando não constituir tarefa ou encar- go que caiba ao funcionário cumprir ordinariamente no desempenho de sua função.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Valor da gratificação será arbitrada pela' autoridade que autorizou o serviço, previamente ou após a sua " conclusão, com base na tabela de função gratificada, anexo VII " desta Lei.

TÍTULO II

REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS E FUNÇÕES DE CHEFIA.

Art. 14 - Ficam criados os cargos constantes dos anexos desta Lei, que inexistiam à época da Lei Nº 051/85.

Art. 15 - Os vencimentos mensal dos servido- res Municipais, corresponderão ao fixado nas tabelas anexas a " Esta Lei.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data' de sua publicação retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de " junho de 1.987, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína - " MT., em 08 de Junho de 1.987.



Prof: ORLANDO PEREIRA
Prefeito Municipal.